



**EIXO 3 – TRABALHO, MOBILIDADE E RELAÇÃO CAMPO-CIDADE**  
**CAMPONESES DE CANDIBA NO PROCESSO DE SUJEIÇÃO/REPRODUÇÃO**  
**POR MEIO DA MOBILIDADE DO TRABALHO**

**Gislane Fernandes Barbosa**

Bolsista IC-UESB/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
[gisafernandes18@gmail.com](mailto:gisafernandes18@gmail.com)

**Thaís Chaves Freires**

Bolsista IC-CNPq/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
[thaischavesfreires@hotmail.com](mailto:thaischavesfreires@hotmail.com)

**Suzane Tosta Souza**

Docente/Departamento de Geografia da UESB  
[suzanetosta@gmail.com](mailto:suzanetosta@gmail.com)

**RESUMO**

O processo contraditório de reprodução ampliada do capital no campo é concreto, não acontecendo, obviamente, de maneira harmônica. A reprodução camponesa no capitalismo dá-se em meio a uma série de conflitualidades, considerando que esta classe é a princípio “estranha” a este modo de produção. Na análise da dinâmica capitalista vê-se que o capital, para garantir seu apoderamento sobre a renda da terra, é obrigado a preservar relações de produção antagônicas a si. Assim sendo, o campesinato mantém uma relação de sujeição/negação com o capital. A mobilidade do trabalho é especificada nesta pesquisa como um dos alicerces desta relação contraditória, o campesinato utiliza-se desta como artifício para assegurar a permanência na terra. Estuda-se aqui a mobilidade do trabalho camponês no município de Candiba - BA, onde os camponeses são forçados a vender e mover sua força de trabalho durante parte do ano para garantir a sobrevivência, visto que a precarização gerada pelo capital impossibilita o sustento apenas do trabalho com a terra. Evidencia-se no município a relação camponesa de sujeição/negação com o capital, uma vez que os camponeses pesquisados são explorados (quando saem da terra) e assegurados (quando retornam a terra) via mobilidade do trabalho.

**Palavras-Chave:** Mobilidade do trabalho; Reprodução Camponesa; Capital; Precarização do trabalho.

**INTRODUÇÃO**

A relação capital/trabalho é o cerne da reprodução do capitalismo, sendo que apenas o trabalho é processo gerador de valor. Nessa relação o capital precariza o trabalho constantemente, objetivando por meio desta, a geração de mais valor. Assim, a

mobilidade do trabalho é intensificada, sendo este um dos principais meios de sua precarização. Como consequência do fator supracitado, o trabalhador é movido de uma esfera produtiva a outra de acordo com as necessidades do capital.

O camponês dentro da reprodução contraditória do capitalismo é inserido em uma mobilidade diferenciada dos demais trabalhadores, não sendo totalmente liberto dos meios de produção. Contudo, a demanda do capital não o controla integralmente, pois a classe camponesa se reproduz de forma distinta dentro destas contradições do processo capitalista.

Os camponeses do município de Candiba- BA, são um exemplo desta nova configuração do campesinato: Não são sujeitos isolados do mercado e, por vezes, se assalariam durante parte do ano para garantir a sobrevivência. No entanto, não perdem sua condição camponesa, pois a mobilidade é utilizada justamente para que a permanência na terra fique garantida.

## **OBJETIVOS**

A mobilidade do trabalho camponês será analisada nas singularidades do município de Candiba – BA enquanto expressão das contradições do avanço capitalista no campo e sua intensificação sobre o trabalho. Por meio dos resultados da pesquisa, objetiva-se desmistificar a visão idílica do campesinato como uma classe cuja existência está condicionada somente ao passado, não havendo possibilidade de reprodução destes sujeitos na atualidade. Bem como, entender a forma como mobilidade do trabalho vem alterando o modo de vida do campesinato local e assim perceber as condições de trabalho as quais os camponeses estão sujeitos, dentro das especificidades da reprodução ampliada do capital.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa parte da necessidade de se analisar a reprodução camponesa no município de Candiba - BA, nas contradições do modo de produção capitalista no campo e seus reflexos sobre o trabalho. Portanto, seguindo este viés, os camponeses não são entendidos cientificamente como indivíduos alheios à lógica capitalista, pelo contrário, são sujeitos que se integram a este modo de produção que, por via de regra, preserva o campesinato com o intuito de sujeitar a renda da terra ao capital.

Posteriormente, a mobilidade do trabalho é analisada considerando-se as particularidades existentes nas formas concretas de apropriação do trabalho camponês pelo capital, seja por meio das relações assalariadas ou não capitalistas de produção. Além disso, na intensificação da mobilidade da força social que trabalha, a análise será feita para além da dicotomia campo/cidade, posto que a classe camponesa utiliza-se da mobilidade como estratégia para assegurar o trabalho com a terra.

Candiba possui cerca de 35 mil ha de terras produtivas, segundo o IBGE (2006), com destaque para a produção de milho, sorgo e feijão fradinho. Com o escopo de entender as especificidades da mobilidade do trabalho e a reprodução camponesa no município, foram realizados contatos preliminares com a população residente na zona rural, por meio de vivências nas comunidades de Lagoa da Pedra, Limoeiro, Aroeira e Lagoa do Morro, sendo conduzida posteriormente uma entrevista com os camponeses locais. As entrevistas questionavam sobre a produção e trabalho fora da terra, alcançando aproximadamente 30 famílias com propriedades que não passavam de cinco hectares, pesquisadas no início de 2017.

## **RESULTADOS PRELIMINARES**

### **O CAMPONÊS E SUA REPRODUÇÃO NO CAPITALISMO.**

A mobilidade como migração forçada do trabalho é entendida aqui sob a forma de mobilização das massas de trabalhadores desprovidos dos meios de produção nas esferas espacial e setorial, não se tratando, sob nenhum aspecto, de uma suposta “liberdade” do trabalhador em escolher para quais locais ou setores se deslocar.

Como no trabalho camponês a mobilidade é diferenciada, considerando-se que, na grande maioria das vezes, os camponeses não são totalmente desprovidos dos meios de produção, se faz necessário elencar os aspectos da reprodução camponesa no capitalismo, bem como o processo de sujeição da sua renda e mesmo de sua força de trabalho ao capital.

O campesinato é tratado costumeiramente de forma idílica e desprendida da realidade por diversas análises. Opta-se aqui pela leitura de que esta classe social se reproduz no bojo das contradições do capitalismo, e não de maneira isolada. Camponês é uma mistificação. Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico (SHANIN, 2005).

O camponês do sistema capitalista não pode ser confundido com o servo do feudalismo, pois ele está inserido em uma nova forma de produção, contrariando e, ao mesmo tempo, se subordinando à lógica de produção capitalista. Santos (1978), apud Oliveira (2007) apresenta os nove elementos estruturais da reprodução camponesa: a força do trabalho familiar; a ajuda mútua; a parceria; o trabalho acessório; a jornada de trabalho assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho. Portanto, ao ser detentor de parte dos seus meios de produção, o camponês se torna dono de parte do seu tempo de trabalho, indo de encontro à lógica do capital. Entretanto, o camponês pode em momentos difíceis, quando a família não dá conta de toda a produção, estabelecer uma relação de trabalho assalariado. Oliveira (1991) ainda afirma que a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação de mercadorias M-D-M, enquanto a produção capitalista acontece sob a forma de D-M-D.

O camponês mantém uma relação dialética de condicionamento e rejeição com o modo capitalista de produção, conservando suas especificidades. Mesmo ao se relacionar com o mercado, o valor de uso é priorizado e não o valor de troca. O excedente da produção é vendido, todavia, esta não é a única finalidade, o vínculo com a terra é mantido. Outra questão fundamental para se pensar a economia camponesa e sua permanência numa sociedade capitalista, mas, por outro lado, no que se difere dela, é o vínculo do camponês com a terra, ou seja, o que é a terra para o camponês, e no que se diferencia da terra para o capitalista, ou para o proprietário rentista, por exemplo. (SOUZA, 2008). Neste sentido Marques salienta que:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (2008, p. 60).

A reprodução dos camponeses se difere do trabalhador assalariado, pois o camponês controla parte do seu processo produtivo, não estando subjugado integralmente aos interesses do capital. Resistência é um conceito chave para a compreensão do campesinato enquanto classe social, a história do campesinato não deve ser dissociada da luta pela terra. Para Oliveira (2007) o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado

pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. Nesta perspectiva, Marques considera que:

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (2008. p. 64).

No município analisado, a maior parte da produção se dá em pequenas propriedades individuais e os principais itens cultivados pelos entrevistados são: o milho, o feijão fradinho, a mandioca e o sorgo. A produção é voltada principalmente para o sustento da família e, predominantemente, apenas esta trabalha na terra. Não se evidenciou, em pesquisa de campo, a contratação de terceiros nos períodos de colheitas.

As famílias entrevistadas nas comunidades de Candiba mantêm uma forma de estruturação da produção alicerçada no valor de uso da terra, porém é mantida, inegavelmente, uma relação com o mercado, que não é o cerne da produção, mas contribui para a garantia da permanência na terra.

### **SUJEIÇÃO E SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS COMO CONDIÇÃO CONTRADITÓRIA DE SUA REPRODUÇÃO.**

Como se aduz constantemente, o capital se reproduz de forma contraditória, preservando relações não capitalistas que podem ser lucrativas. A produção camponesa poupa uma série de gastos ao capital, pois não há a necessidade de investir diretamente no camponês para se apropriar da renda da terra. Em Candiba a apropriação acontece, sobretudo via produção excedente, os camponeses vendem o pouco que sobra a preços extremamente baixos para atravessadores, que, por sua vez, repassam o produto a um valor muito maior que o original.

Segundo Oliveira (2007. p 20) o capital tende, particularmente onde e quando a vanguarda da expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção do capital.

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele

agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: A renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007, p.40).

O camponês não extrai renda da terra como o proprietário fundiário, a produção camponesa se estabelece de forma muito similar àquilo que Marx denomina de reprodução simples ( $M - D - M$ ), ou seja, ele vende seu excedente para adquirir mercadorias, garantindo sua produção. A renda da terra do proprietário fundiário é o lucro que advém do trabalho não pago no campo, ou seja, capital. Para Souza (2008, p.70) a terra da família camponesa não é, via de regra, a terra para a garantia da renda, mas da reprodução da vida, o que difere o proprietário camponês (se este detém a propriedade da terra) do proprietário latifundiário (seja ele capitalista ou não).

Planto milho, feijão mandioca, crio galinha e porco. Quando sobra alguma coisa, o que nem sempre acontece, eu vendo, porque tenho que pagar uma conta de luz, ou meu filho precisa de alguma coisa para a escola. (S. D. G. Camponês residente na comunidade de Lagoa da Pedra em Candiba - BA, 2017).

No caso dos camponeses entrevistados em Candiba, a produção é majoritariamente voltada para o consumo próprio, o excedente é vendido para comprar aquilo que não é produzido na terra. A produção não é utilizada como mercadoria ou como forma de acumulação de renda. A adoção de uma forma diferenciada de organização do trabalho e da produção caracteriza o modo de vida camponês, por isso a classe é alvo de constantes e intensos debates.

Eu nasci e vivi minha vida toda aqui, não tenho nenhuma intenção de morar ou trabalhar em outro lugar, herdei os três hectares de terra do meu pai e vou continuar trabalhando aqui até quando eu aguentar (J. S. B. F. Camponesa residente na comunidade de Limoeiro em Candiba - BA, 2017)

O vínculo com a terra, a família e o trabalho são categorias principais para a compreensão do campesinato no capitalismo. É dada à terra do camponês (ou à terra onde se trabalha, quando este não é proprietário) a dimensão do valor de uso, mesmo quando este vende o excedente, não sendo a renda o único e principal foco. Mesmo quando há trabalho acessório<sup>1</sup> o camponês não expropria este trabalhador, ele não está livre dos meios de produção, assim sendo, a contratação de um trabalhador temporário externo à família não tira a condição de ser do camponês.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Para designar a contratação de trabalhadores temporários por camponeses, no livro Agricultura Camponesa no Brasil.

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada (OLIVEIRA, 2007, p.40).

O fato de não manter uma produção unicamente de subsistência não faz do camponês um agricultor familiar, a subsunção ao mercado não se dá de forma integral, ele ainda é dono de parte do seu tempo de trabalho, portanto é mantida uma relação contraditória de subordinação e negação com o capitalismo, onde o camponês não está totalmente livre a ponto de vender sua força de trabalho.

O trabalho familiar é a base de toda a produção camponesa, a família controla boa parte do ciclo produtivo mantendo uma divisão interna do trabalho (diferente da dos moldes capitalistas). É um trabalho para o auto-sustento, não havendo uma superexploração, já que parte do tempo do trabalho é de controle do próprio camponês.

Assim, entende-se que, apesar de todas as tentativas de negação da resistência do campesinato no capitalismo e das afirmações de sua conversão em agricultor familiar, pequeno produtor de mercadorias, as relações camponesas resistem, por conta da própria reprodução contraditória do capital. A divisão territorial e social do trabalho no capitalismo faz com que o modo de produção necessite de relações não capitalistas para garantir a sua reprodução.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MOBILIDADE DO TRABALHO.**

Em meio à reprodução desigual do capital e à relação contraditória entre campesinato e capitalismo, a mobilidade do trabalho acaba abarcando também a classe camponesa, mas não de forma igual à mobilidade do trabalho assalariado, haja vista que os camponeses não estão, em grande medida, separados de seus meios de trabalho. Na mobilidade do trabalho assalariado, o trabalhador fica a serviço do capital e de suas crises periódicas, se deslocando de uma esfera produtiva para outra (GAUDEMAR, 1977).

O trabalhador livre de propriedades se subjeta ao capital. Os camponeses, em parte, contrariam este processo, pois não estão integralmente “livres” para se assalariar de forma integral. A mobilidade do trabalho camponês se mostra como um mecanismo de sobrevivência para garantir sua reprodução. O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual, isso

significa que para o seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si. (OLIVEIRA, 1991, p.18)

Os camponeses do município de Candiba, logicamente, são parte do processo de reprodução ampliada do capital, que mesmo não os expropriando totalmente, impõe novas formas de organização, tornando a sobrevivência somente através do trabalho familiar na agricultura praticamente impossível. A mobilidade do trabalho no município é uma explícita forma de submissão e negação com o capital, onde os camponeses praticam o trabalho assalariado temporário como uma estratégia para permanecer na terra.

Gaudemar (1977) analisa que a força de trabalho deve ser livre sobre dois pontos de vista: 1) a liberdade positiva: na qual a força de trabalho é uma mercadoria que pertence ao trabalhador, o trabalhador é um ator da sua própria liberdade; 2) a liberdade negativa: na qual o trabalhador não tem diante si outra hipótese que não seja vender sua força de trabalho, assim essa liberdade cria a possibilidade do trabalhador escolher o seu local de trabalho, mas ao mesmo tempo faz com que o capital em qualquer momento tenha o poder de demitir esse trabalhador.

A mobilidade do trabalho é assim uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista, ela funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim definitivamente o trabalhador livre do escravo [...] A mobilidade da força de trabalho surge então como condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como índice de seu desenvolvimento (GAUDEMAR, 1977, p.192).

Os camponeses entrevistados no Município de Candiba movem sua força de trabalho principalmente para a safra da cana-de-açúcar em São Paulo e para a colheita do café no norte de Minas; essa mobilidade acontece, em geral, de junho a dezembro. No período de chuva, retornam para o trabalho na terra.

Eu passo 6 meses do ano cortando cana. Trabalhar no sol, levantando enxada aqui é mil vezes melhor do que cortar cana. São seis meses de sofrimento, longe da minha família, sonhando em voltar pra casa, para o meu pedacinho de terra. Eu vou pra São Paulo porque não tem outro jeito mesmo. (L. S. A. Camponês residente na comunidade Lagoa da Pedra em Candiba - BA, 2017).

No depoimento acima, nota-se o quanto a vida de trabalho itinerante acontece de forma conflituosa e dolorosa para o camponês, posto que, ele é obrigado a mover sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. Ao contrário de ser um sinônimo de liberdade, como querem os economistas políticos clássicos e neoclássicos, a mobilidade

do trabalho significa, no contexto do sistema de produção capitalista, controle social, submissão e escravidão (GOMES, 2009, p. 41). Mesmo sendo detentor de um pequeno pedaço de terra, o camponês não consegue garantir a sobrevivência somente através da produção familiar, buscando outras formas de trabalho para continuar na terra.

Os camponeses de Candiba podem ser compreendidos como sujeitos que deixam a terra temporariamente, mas sem perder o vínculo ou a vontade de resistir na mesma. O assalariamento temporário é condição para que sua reprodução seja mantida. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar (OLIVEIRA, 2007).

Trabalhei em seis safras de cana, era só cansaço e sofrimento, mas foi o único jeito que eu encontrei para juntar dinheiro para abrir um poço artesiano. Hoje, por conta do poço não preciso mais sair para trabalhar fora, consigo viver só com o que produzo. Os seis anos de sofrimento estão valendo apenas (G. A. D. Camponês residente na comunidade Aroeira em Candiba - BA, 2017).

Nesse depoimento a mobilidade como estratégia para a permanência na terra é claramente evidenciada. A mobilidade do trabalho é, portanto, forma de luta e precarização, dialeticamente, onde o camponês consegue manter-se na terra, mas é intensamente explorado pelo capital (FIALHO, 2013). Há uma relação de sujeição/negação com o capital, o camponês se submete às necessidades do capital quando move sua força de trabalho ao passo que utiliza da mobilidade para conseguir sobreviver unicamente do trabalho com a terra.

No que se refere às diferenças entre trabalhar na própria terra e sair para outros locais, os camponeses são enfáticos em dizer que trabalhar fora é exaustivo, a saída provisória do local de origem só é feita por conta da necessidade, pois a sobrevivência se torna difícil nos meses de seca, principalmente para aqueles que dependem unicamente da chuva, não contando com nenhuma outra forma de irrigação. Os entrevistados apontaram também uma série de dificuldades para a adaptação em uma nova forma de trabalho.

Uma grande diferença entre trabalhar aqui e trabalhar na colheita do café é que aqui eu trabalho para mim mesmo, lá eu trabalho para os outros e sou obrigado a colher uma grande quantidade de sacas de café por dia. Não tem um respeito ao cansaço do corpo, o pagamento é pela produção, se trabalho pouco, recebo pouco. Quando estou trabalhando na minha roça não preciso me preocupar com esse tipo de coisa. (S. S. A. Camponês residente na comunidade de Lagoa do Morro em Candiba - BA, 2017)

O camponês está habituado a outro ritmo de trabalho, ele cria seus horários, respeitando os limites físicos; algo que não é encontrado em outras formas de trabalho

as quais ele é obrigado a se submeter. Assim sendo, o camponês é forçado a se adaptar a uma organização de trabalho completamente diferente da sua para garantir a sobrevivência na terra.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

O capital utiliza-se dos mais diversos meios para ampliar-se na agricultura, mas mesmo frente a todas as adversidades o campesinato continua se reproduzindo por meio de suas contradições. É por isso que pesquisas recentes têm registrado uma forte presença do trabalho camponês no conjunto das explorações agrícolas, com variações. Persistido, porque ele não é estranho ao capitalismo; persistido, porque ele é cria contraditória desse mesmo capitalismo (OLIVEIRA, 2007). Nesse sentido se faz necessário entender que a relação com a terra é primordial para a resistência camponesa. A terra para os camponeses analisados em Candiba tem, sobretudo, um valor de uso, não sendo vista com uma mercadoria.

A mobilidade surge como parte do processo de reprodução ampliada do capitalismo no campo, o camponês é desterritorializado ao mover sua força de trabalho e reterritorializado ao retornar para a terra, sujeitando-se à total precarização do trabalho. Assim sendo, a mobilidade é mais uma forma perversa do capital explorar o trabalhador.

No contexto do trabalho móvel na zona rural do município de Candiba, afere-se uma migração forçada para que o sustento seja garantido, partindo do pressuposto de que a insuficiência do trabalho na terra para assegurar a sobrevivência é uma estratégia do próprio capital para subordinar o camponês. Mas como a resistência é uma das grandes características do campesinato, os camponeses não só querem permanecer, como retornam para a terra constantemente, descartando a possibilidade de abandono da terra para trabalhar por outros meios.

No que concerne ao trabalho fora de sua terra, é corroborado pelas entrevistas que o trabalho assalariado é penoso para os camponeses; a colheita da cana, do café e do algodão dá-se via constante exploração, as condições de trabalho são precárias, diferenciando-se completamente do modo de trabalho ao qual o camponês está habituado.

## REFERÊNCIAS.

FIALHO, Aline Farias. SANTOS, Jânio Roberto Diniz. **Mobilidade do trabalho, trabalho e reprodução da vida no Assentamento do Projeto Casulo/BA.** In: Anais do Simpósio Baiano de Geografia Agrária. Vitória da Conquista, 2013.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do Trabalho e Controle social: Trabalho e Organizações na era Neoliberal.** In: Rev. Sociologia Política, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2006.**

Disponível em:

<[www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/candiba/pesquisa/24/27873?detalhes=true](http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/candiba/pesquisa/24/27873?detalhes=true)>

Consultado em 28 de abril de 2017.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Atualidade no Conceito de Camponês.** In: Revista Nera, Presidente Prudente, nº. 12, pp. 57-67, 2008

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Camponesa no Brasil.** Editora Contexto. São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** 1º Ed. São Paulo, 2007.

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês, Conceituações e Desconstruções-O Velho e o Novo de Uma discussão Marxista.** In: Revista Nera, Presidente Prudente, n. 7, pp. 1-21, 2005.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** (Tese de Doutorado). NPGEU/UFS. Departamento de Geografia, São Cristóvão, 2008.